

Ruta hacia la
Cooperación Empresarial
y Comercio Electrónico



Rota de
Cooperação Empresarial
e Comércio Eletrónico

PORTUGAL

Guia de procedimientos nº 7

IDEIAS / REQUISITOS

Tipologia de negócio:

Serviços

www.rutacece.com

El proyecto Ruta Hacia La Cooperación Empresarial Y Comercio Electrónico que está apoyado por la Unión Europea y cofinanciado por el FEDER, con cargo al Programa Operativo de Cooperación Transfronteriza España-Portugal 2007-2013, tiene por objetivo global incentivar la plena incorporación de las empresas a la Sociedad de la Información en ambos lados de la frontera e impulsar el emprendimiento cooperativo Algarve - Huelva. El coste total elegible del proyecto es de 912.243,32 euros, siendo la cofinanciación FEDER de 684.182,49 euros y la tasa de cofinanciación del 75 %



Unión Europea
FEDER
Invertimos en su futuro



Introdução

O Município de Faro, prosseguindo uma política de apoio ao empreendedorismo e à criação de emprego, criou o **Serviço de Desenvolvimento Económico e Financiamento (SDEF)**, o qual constitui um agente facilitador no processo de acesso ao exercício das variadas atividades económicas. Para o efeito presta informação sobre procedimentos, sobre normas legais a observar, sobre restrições legais e servidões administrativas, sobre programas de financiamento, sobre incentivos, bem como presta apoio institucional junto de outras entidades públicas e associativas.

faroinveste@cm-faro.pt / www.cm-faro.pt / +351 289870041

Deixa-se, porém, claro que o SDEF não substitui outros organismos internos e/ou externos que se devam pronunciar sobre o exercício de atividades económicas.

Serviços

Nota: Todo o tipo de serviços não abrangido pelo **regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração**, aprovado pelo DL 10/2015, de 16/01, adiante designado por **RJACSR** (disponível em <https://dre.pt/application/file/66229902>), não carece de qualquer controlo prévio da administração, pelo que a instalação apenas deverá ter em consideração:

- a) A autorização de utilização para serviços do imóvel ou fração;
- b) O respeito pelas normas de segurança contra risco de incêndio;
- c) As prescrições mínimas de segurança e saúde nos locais de trabalho;
- d) As disposições que lhes sejam aplicáveis em matéria de gestão de resíduos;
- e) O respeito pelas normas de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida;
- f) Regulamentação específica relativa ao horário de funcionamento;
- g) O respeito pelo regulamento geral do ruído;
- h) A prevenção e o controlo das emissões de poluentes para o ambiente.

1. Conceitos

Considera-se:

«**Estabelecimento de serviços**», a infraestrutura, de carácter fixo e permanente, onde são exercidas as atividades de serviços abrangidas pelo RJACSR (DL 10/2015, 16/01), incluindo a secção acessória em espaço destinado a outro fim;

«**Centros de bronzamento artificial**» os estabelecimentos que prestem aos consumidores, a título oneroso ou gratuito, de forma exclusiva ou em simultâneo com outras atividades, o serviço de bronzamento artificial mediante a utilização de aparelhos que emitem radiações ultravioletas (UV);

www.rutacece.com

«**Pessoal técnico de centro de bronzamento artificial**» os profissionais que trabalham nos centros de bronzamento e manipulam os aparelhos que emitem radiações UV;

«**Aparelhos de bronzamento**» os equipamentos nas suas diferentes categorias, que emitem radiações UV para estimular a pigmentação da pele;

«**Emissor de ultravioletas** (emissor UV)» a fonte radiante concebida para emitir energia eletromagnética não ionizante em comprimentos de onda de 400 nm ou inferiores;

«**Irradiância efetiva**» a irradiância da radiação eletromagnética ponderada de acordo com a ação do espectro especificada;

«**Atividade funerária**» a prestação de quaisquer dos serviços relativos à organização e à realização de funerais, de transporte, de inumação, de exumação, de cremação, de expatriação e de trasladação de cadáveres ou de restos mortais já inumados;

«**Artigos funerários**», coroas e palmas funerárias, naturais ou artificiais, equipamentos, objetos e adereços, fabricados em diversos materiais, tais como, têxteis, PVC, metal, zinco, madeira, mármore e granitos, cera, argila, ou outros, incluindo materiais ecológicos e biológicos, bem como equipamentos ornamentação, transporte, conservação e manutenção de cadáveres, destinados à realização do funeral e a complementar a prestação do serviço funerário, nomeadamente urnas, urnas de ossada, urnas de cinzas, urnas de zinco, filtros depuradores, estofos, lençóis, lenços, tules, toalhas, panos funerários, capelas, incluindo mesas de assinaturas, pousos, tocheiros, suportes de água benta, e cruzeiros, cavaletes para flores, macas e câmaras frigoríficas, refrigeradores para exposição de cadáveres, sacos e macas de transporte, sudários, recordatórios, lápides, estampas e gravações, entre outros;

«**Artigos religiosos**», insígnias, medalhas, recordatórios, imagens e esculturas, paramentaria e artigos de comunhão e batismo, incensos, defumadores e óleos, círios e lampadários, joalheria e adornos, ou outros objetos de natureza similar, produzidos em diversos materiais, tais como, cera, madeira, metal, bronze, resina, couro, mármore e granitos, marfinita, cerâmica, terracota, ou outros, destinados ao culto, devoção, exaltação, memória, lembrança, homenagem, ornamentação e decoração, idolatria, adoração e veneração, nomeadamente imagens religiosas, crucifixos, cruzes, velas, incluindo velas com imagens, de cera líquida e com tampa, redes e suportes, toalhas, castiçais de altar, cálices, estantes de leitura, jarras e lavandas, oratórios, sacos de peditórios, lamparinas elétricas, lamparinas a pilhas, lamparinas a azeite, lanternas, lanternas processionais, estampas e gravações, presépios, anjos, rosários, chaveiros e vitrais, entre outros;

«**Cadáver**», o corpo humano após a morte, até estarem terminados os fenómenos de destruição da matéria orgânica;

«**Centro funerário**», o edifício destinado exclusivamente à prestação integrada de serviços fúnebres, podendo incluir a conservação temporária e a preparação de cadáveres, a celebração de exéquias fúnebres e a cremação de restos mortais não inumados ou provenientes de exumação;

www.rutacece.com

3

El proyecto Ruta Hacia La Cooperación Empresarial Y Comercio Electrónico que está apoyado por la Unión Europea y cofinanciado por el FEDER, con cargo al Programa Operativo de Cooperación Transfronteriza España-Portugal 2007-2013, tiene por objetivo global incentivar la plena incorporación de las empresas a la Sociedad de la Información en ambos lados de la frontera e impulsar el emprendimiento cooperativo Algarve - Huelva. El coste total elegible del proyecto es de 912.243,32 euros, siendo la cofinanciación FEDER de 684182,49 euros y la tasa de cofinanciación del 75 %

«**Conservação temporária de cadáveres**», o acondicionamento de cadáveres em condições que permitam a sua conservação até ao momento da realização das exéquias fúnebres;

«**Preparação de cadáveres**», as operações realizadas sobre cadáveres, tendentes à sua conservação, melhoria do seu aspeto exterior, nomeadamente, a higienização do cadáver, a aplicação de material conservante, o embalsamamento, a restauração facial e a tanatoestética através da aplicação de cosméticos e colocação em urna para realização do funeral;

«**Agência funerária**» a pessoa singular ou coletiva que tenha por objeto principal a atividade funerária.

II. Procedimento para acesso ao exercício

1. O acesso à exploração ou a alteração significativa de estabelecimentos de serviços está sujeito a **mera comunicação prévia** a apresentar, devidamente instruída, ao município territorialmente competente, através do «Balcão do empreendedor» em <https://bde.portaldocidadao.pt/evo/landingpage.aspx>, nos seguintes ramos de atividade:
 - a) A exploração de oficinas de manutenção e reparação de veículos automóveis, motociclos e ciclomotores, bem como as oficinas de adaptação e reparação de veículos automóveis utilizadores de gases de petróleo liquefeito (GPL) e gás natural comprimido e liquefeito (GN) (lista IV do anexo I do DL 10/2015, de 16/01):
 - i. 45200 Manutenção e reparação de veículos automóveis;
 - ii. 45402 Manutenção e reparação de motociclos, de suas peças e acessórios;
 - b) A exploração de lavandarias;
 - c) A exploração de centros de bronzamento artificial;
 - d) A exploração de estabelecimentos de colocação de *piercings* e tatuagens;
 - e) A atividade funerária;
2. A alteração significativa das condições de exercício das atividades referidas, bem como a alteração da titularidade do estabelecimento, quando aplicável, estão sujeitas a mera comunicação prévia;
3. Exceção -se do disposto no n.º 1 a exploração de lavandarias e de estabelecimentos da atividade funerária pelas entidades da economia social referidas nas alíneas c) a e) do ponto 3. do capítulo V relativo aos requisitos especiais para a exploração de estabelecimentos de prestação de serviços;
4. As meras comunicações prévias devem conter os dados e os elementos instrutórios legalmente exigidos e serem acompanhadas do pagamento das taxas devidas fixadas pelo município;

5. Sempre que a instalação de um estabelecimento para o exercício de uma atividade de serviços abrangida pelo RJACSR envolva a realização de operações urbanísticas sujeitas a controlo prévio municipal nos termos do regime jurídico da urbanização e da edificação – RJUE (aprovado pelo DL 555/99, de 16/12 e republicado pelo DL 136/2014, de 09/09, disponível em <https://dre.pt/application/file/56501780>), a mera comunicação prévia deve ser instruída com o competente título urbanístico ou com o respetivo código de acesso;
6. As meras comunicações prévias relativas a oficinas de manutenção e reparação de veículos automóveis, motociclos e ciclomotores, bem como as oficinas de adaptação e reparação de veículos automóveis utilizadores de gases de petróleo liquefeito (GPL) e gás natural comprimido e liquefeito (GN) são comunicadas automaticamente pelo «Balcão do empreendedor» ao Instituto da Mobilidade e Transportes, I. P. (IMT, I. P).
7. O encerramento dos estabelecimentos ou cessação das atividades suprarreferidos devem ser comunicados até 60 dias após a ocorrência do facto.

III. Título

O comprovativo eletrónico de entrega no «Balcão do empreendedor» das meras comunicações prévias, acompanhado do comprovativo do pagamento das quantias devidas é prova única admissível do cumprimento dessas obrigações para todos os efeitos, sem prejuízo das situações de indisponibilidade da tramitação eletrónica dos procedimentos no «Balcão do empreendedor» ou de inacessibilidade deste.

IV. Requisitos gerais para as atividades de prestação de serviços

Os operadores económicos que exerçam a atividade de serviços estão sujeitos às seguintes obrigações gerais:

- a) Controlos prévios de urbanização e edificação nos termos do regime jurídico da urbanização e edificação (**RJUE**), aprovado pelo DL 555/99, de 16/12 e republicado pelo DL 136/2014, de 09/09, disponível em <https://dre.pt/application/file/56501780>;
- b) Do regime jurídico da **publicidade** que, no caso do Município de Faro está disponível em http://cms.cm-faro.pt/upload_files/client_id_1/website_id_1/regulamentos/Espacos_Publicos/Regulamento_OEPPP_2012.pdf e sujeito a procedimento no **balcão do empreendedor**, devendo para o efeito selecionar a área de jurisdição da câmara de Faro;
- c) Ao cumprimento dos requisitos para a **ocupação da via pública** que, no caso do Município de Faro estão disponíveis em http://cms.cm-faro.pt/upload_files/client_id_1/website_id_1/regulamentos/Espacos_Publicos/Regulamento_OEPPP_2012.pdf e sujeita a procedimento no balcão do empreendedor em <https://bde.portaldocidadao.pt/EVO/Services/balcaodoempreendedor/Licenca.aspx?CodLicenca=2155> devendo para o efeito selecionar a área de jurisdição da câmara de Faro;

- d) Das disposições que lhes sejam aplicáveis em matéria de **gestão de resíduos**, nos termos do DL 178/2006, de 05/09, alterado pelo DL 173/2008, de 26/08, pela Lei 64 -A/2008, de 31/12, pelos DL 183/2009, de 10/08, 73/2011, de 17/06, e 127/2013, de 30/08;
- e) Das prescrições mínimas de **segurança e saúde nos locais de trabalho**, que constam da Portaria 987/93, de 06/10, disponível em <https://dre.pt/application/file/644977>;
- f) Do regime jurídico da **segurança contra incêndios em edifícios** (DL 220/2008, de 12/11 e da Portaria 1532/2008, de 29/12), disponíveis em <https://dre.pt/application/file/439913> e em <https://dre.pt/application/file/444327>;
- g) Do regulamento geral do **ruído** (DL 9/2007, de 17/01, alterado pelo DL 278/2007, de 01/08), disponível em <https://dre.pt/application/file/522742> e em <https://dre.pt/application/file/636296>;
- h) Do **sistema de certificação energética dos edifícios** (DL 118/2013, de 20/08), disponível em <https://dre.pt/application/file/499375> e portarias conexas;
- i) Da **acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público** (DL 163/2006, de 08/08), disponível em: <https://dre.pt/application/file/538559>;
- j) Do **horário de funcionamento**, nos termos do regulamento municipal disponível em: http://cms.cm-faro.pt/upload_files/client_id_1/website_id_1/regulamentos/Horarios%20de%20funcionamento/Regulamento_Horarios_Funcionamento_2012.pdf, sem prejuízo do disposto no DL 48/96, de 15/05, alterado pelos DL 126/96, de 10/08, 111/2010, de 15/10 e 48/2011, de 01/04;
- k) Só podem ser colocados no mercado produtos e serviços seguros, nos termos do DL 69/2005, de 17/03, na redação atribuída pelos Decretos Regulamentares 57/2007, de 27/04, e 38/2012, de 10/04, relativos à segurança dos produtos colocados no mercado;
- l) No âmbito das atividades de prestação de serviços, os operadores económicos devem observar os direitos dos consumidores consagrados na Constituição e na lei;
- m) Nos estabelecimentos de prestação de serviços, deve ser disponibilizado o livro de reclamações, de acordo com o disposto no DL 156/2005, de 15/09, alterado pelos DL 371/2007, de 6/11, 118/2009, de 19/05, 317/2009, de 30/10, e 242/2012, de 7/11;
- n) A indicação dos preços para a prestação de serviços deve obedecer ao disposto no DL 138/90, de 26/04, alterado pelo DL 162/99, de 13/05;
- o) Quando o preço não seja pré -determinado ou quando não seja possível indicá-lo com precisão, o prestador de serviços, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 3 do artigo 20.º do DL 92/2010, de 26/07, e em função da concreta prestação de serviços solicitada, deve fornecer, quando solicitado pelo cliente, um orçamento detalhado do qual constem os seguintes elementos:
 - i. Nome, morada do estabelecimento, número de telefone e endereço eletrónico, caso exista;

- ii. Identificação fiscal e número de registo que consta na Conservatória do Registo Comercial do prestador de serviços;
 - iii. Nome, domicílio e identificação fiscal do consumidor;
 - iv. Descrição sumária dos serviços a prestar;
 - v. Preço dos serviços a prestar, que deve incluir:
 - Valor da mão-de-obra a utilizar;
 - Valor dos materiais e equipamentos a utilizar, incorporar ou a substituir;
 - vi. Datas de início e fim da prestação do serviço;
 - vii. Forma e condições de pagamento;
 - viii. Validade do orçamento.
- p) O orçamento pode ser gratuito ou oneroso;
- q) Quando o orçamento for oneroso, o preço não pode exceder os custos efetivos da sua elaboração;
- r) O preço pago pela elaboração do orçamento deve ser descontado do preço do serviço sempre que este vier a ser prestado;
- s) O orçamento vincula o prestador de serviços nos seus precisos termos, tanto antes como depois da aceitação expressa pelo destinatário.

V. Requisitos especiais para a exploração de estabelecimentos de prestação de serviços

1. **Oficinas de adaptação e reparação de veículos automóveis utilizadores de gás de petróleo liquefeito ou de gás natural comprimido e liquefeito:**
- a) A oficina que realiza a adaptação de veículos matriculados à utilização de gás de petróleo liquefeito (GPL) ou de gás natural comprimido e liquefeito (GN) deve garantir a conformidade de montagem da adaptação a GPL ou GN com as prescrições técnicas fixadas, respetivamente, no Regulamento ECE/ONU n.º 67 ou no Regulamento ECE/ONU n.º 110 da Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa, sendo responsável pela verificação de que o veículo cumpre com as especificações estabelecidas pelo seu fabricante e pelo fabricante dos componentes inerentes, bem como pela garantia de que a adaptação efetuada não introduz uma diminuição nas condições de segurança do veículo;
 - b) A conformidade da adaptação à utilização de GPL ou GN e o correto funcionamento de cada veículo são atestados por um certificado emitido pela oficina;
 - c) Os reservatórios utilizados para o armazenamento de GN que não façam parte integrante do quadro ou da carroçaria não podem ser utilizados por um período superior ao indicado pelo fabricante, não podendo este período exceder os 20 anos;
 - d) Os reservatórios de GN devem apresentar na sua superfície exterior e em local acessível a indicação da validade máxima de utilização estabelecida pelo fabricante;

www.rutacece.com

7

- e) A data limite de utilização de qualquer reservatório instalado deve ser inscrita nos documentos de identificação do veículo;
- f) Os reservatórios que deixem de estar válidos nos termos do n.º 1 devem ser inutilizados após a sua remoção de forma a não poderem ser reutilizados para o mesmo fim;
- g) Nos reservatórios em uso não é permitida qualquer operação que introduza alterações estruturais, nomeadamente operações de soldadura ou que provoquem aquecimento;
- h) Para efeitos de emissão do certificado referido no n.º 2 do artigo anterior, a instalação GN e respetivos reservatórios devem ser objeto de uma inspeção detalhada, realizada por um organismo de controlo e inspeção acreditado pelo Instituto Português de Acreditação, para verificação das suas condições de segurança;
- i) Todos os reservatórios devem ostentar em local visível uma etiqueta amarela com a indicação, em cor preta, da data da próxima inspeção, colocada pelo organismo de controlo e inspeção que proceda à referida operação, nos termos da legislação aplicável;
- j) As oficinas devem manter um registo atualizado de todas as adaptações ou reparações efetuadas ao sistema de alimentação de GPL ou GN em veículos, o qual pode ser solicitado a todo tempo pelo IMT, I. P., ou por qualquer entidade fiscalizadora;
- k) As oficinas devem assegurar que os técnicos e mecânicos de auto/gás possuem a formação e título profissional legalmente exigível para o exercício das atividades de instalação e reparação dos veículos utilizadores de GPL ou GN, nos termos da Lei n.º 13/2013, de 31/01;
- l) As oficinas que adaptem ou reparem veículos utilizadores de GPL ou GN devem dispor de um seguro de responsabilidade civil, garantia financeira ou instrumento equivalente válido para cobrir eventuais danos materiais e corporais, sofridos em caso de acidente resultante das ações relativas à instalação ou reparação dos veículos;
- m) O capital do seguro, garantia financeira ou instrumento equivalente mencionado na alínea anterior deve ser de valor mínimo obrigatório de € 600 000,00, sendo este valor atualizado em cada ano civil pelo Índice de Preços do Consumidor (IPC), quando positivo, referente ao ano civil anterior, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, I. P. (INE, I. P.);
- n) As condições mínimas do seguro de responsabilidade civil são fixadas por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da economia;
- o) Os seguros, garantias financeiras ou instrumentos equivalentes celebrados noutro Estado-Membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu são reconhecidos nos termos do artigo 13.º do DL 92/2010, de 26/07;

- p) As oficinas afetas à instalação ou reparação dos componentes inerentes à utilização do GPL ou GN em veículos devem dispor de ventilação natural através de aberturas ao nível do teto e solo que permitam o rápido escoamento para o exterior de eventual fuga de gases;
- q) Não são permitidas operações de instalação e de reparação em instalações situadas abaixo do nível do solo em veículos cuja instalação a GPL não esteja em conformidade com as prescrições técnicas fixadas no Regulamento ECE/ONU n.º 67 da Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa;
- r) As instalações devem dispor de um instrumento de medição de concentração de gás, dotado de sistema de alarme e devidamente calibrado.

2. Centros de bronzamento artificial:

- a) Durante o período de funcionamento do centro de bronzamento artificial é obrigatória a presença do responsável técnico ou de pelo menos um profissional qualificado nos termos do artigo seguinte;
- b) O responsável técnico dos centros de bronzamento artificial e o pessoal técnico que neles exerçam atividade devem obter formação inicial específica, ministrada por entidade formadora certificada;
- c) As matérias mínimas obrigatórias que integram o plano dos cursos de formação inicial dos profissionais referidos na alínea anterior, bem como a adaptação do regime de certificação das respetivas entidades formadoras, constam de portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da economia, da formação profissional e da saúde, sendo a certificação da competência da Direção-Geral de Saúde;
- d) O reconhecimento das qualificações dos profissionais de centros de bronzamento artificial nacionais de Estados-Membros da União Europeia e do espaço económico europeu obtidas fora de Portugal, da competência da Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT), é regido pela Lei 9/2009, de 4/03, alterada pelas Leis 41/2012, de 28/08, e 25/2014, de 2/05, sendo obrigatória a apresentação de declaração prévia em caso de livre prestação de serviços, nos termos do n.º 1 do artigo 5.º da referida lei;
- e) Os profissionais que prestam serviço no centro de bronzamento estão abrangidos pelo regime previsto na Lei 102/2009, de 10/09, alterada pelas Leis 42/2012, de 28/08 e 3/2014, de 28/01, relativa à promoção da segurança e da saúde no trabalho;
- f) Aos aparelhos de bronzamento utilizados nos centros de bronzamento artificial aplica-se, quanto à sua colocação ou disponibilização no mercado, o disposto no DL 6/2008, de 10/01;

- g) Os aparelhos de bronzamento instalados nos centros de bronzamento artificial devem ser utilizados de forma a satisfazer os requisitos de segurança e a não por em risco a saúde e segurança dos utilizadores e do pessoal técnico que os manipula;
- h) Estão vedados o manuseamento e a manipulação de aparelhos de bronzamento em centros de bronzamento artificial por pessoal não qualificado;
- i) O pessoal técnico qualificado para manipular os aparelhos de bronzamento deve cumprir rigorosamente todas as instruções dadas pelo fabricante;
- j) Os prestadores de serviço de bronzamento artificial só podem utilizar aparelhos UV do tipo 1, aparelhos UV do tipo 2, tal como definido na norma harmonizada EN 60335-2-27, sendo proibida a utilização de aparelhos UV de tipo 3;
- k) Os limites de irradiância efetiva, bem como o respetivo método de medição de referência, obedecem ao disposto na norma harmonizada EN 60335-2-27;
- l) Os aparelhos de bronzamento cujo funcionamento é acionado com a introdução de cartão ou ficha devem estar instalados em zonas próprias e separadas de zonas destinadas a outras atividades desenvolvidas no centro de bronzamento artificial;
- m) Os aparelhos mencionados no número anterior devem ser objeto de especial e permanente vigilância pelo pessoal técnico do centro;
- n) Os aparelhos de bronzamento são obrigatoriamente sujeitos a uma avaliação técnica anual, a realizar por organismos acreditados para o efeito e notificados no âmbito da Diretiva n.º 2006/95/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12/12, relativa à harmonização das legislações dos Estados-Membros no domínio do material elétrico destinado a ser utilizado dentro de certos limites de tensão;
- o) A acreditação dos organismos referidos na alínea anterior é concedida pelo Instituto Português de Acreditação, I. P., ou por qualquer outro organismo nacional de acreditação, signatário do acordo de reconhecimento mútuo da infraestrutura europeia de acreditação nos termos do Regulamento (CE) n.º 765/2008, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9/07;
- p) A prova desta avaliação técnica obrigatória deve estar acessível ao utilizador do aparelho e pode ser solicitada a qualquer momento pela autoridade de fiscalização do mercado;
- q) Cada aparelho deve ter um livro de manutenção que contenha os seguintes elementos:
 - i. Dados e descrição do aparelho;
 - ii. Identificação do titular;
 - iii. Registo de substituição de emissores UV, contendo, no mínimo, a data da substituição, o número de emissores substituídos, o tipo e a referência dos emissores de UV substituídos e dos emissores de UV colocados, bem como o

- registo do código de equivalência da gama das lâmpadas caso os emissores de UV sejam lâmpadas;
- iv. Registo das manutenções e reparações efetuadas;
 - v. Registo das ocorrências, nomeadamente das reclamações e acidentes;
 - vi. Registo das avaliações técnicas anuais pelo organismo notificado;
 - vii. Identificação completa do instalador;
 - viii. Identificação completa do fabricante;
 - ix. Identificação completa das entidades responsáveis pela manutenção e reparação dos aparelhos;
- r) Nos aparelhos de bronzamento, independentemente do tipo, deve figurar a seguinte advertência:
«As radiações ultravioletas podem afetar os olhos e a pele. Utilize sempre os óculos de proteção. Certos medicamentos e cosméticos podem aumentar a sensibilidade da pele às radiações.»
- s) Nos aparelhos de bronzamento, cuja luminância seja superior a 100 000 cd/m², deve figurar a seguinte advertência:
«Atenção: Luz intensa. Não fixe a vista no emissor.»
- t) Nos aparelhos de bronzamento deve estar indicada a identificação dos emissores UV, de acordo com as recomendações do fabricante;
- u) Os avisos e indicações dos aparelhos de bronzamento devem ser apostos de forma visível e permanente de modo a estarem sempre legíveis;
- v) Os prestadores de serviços de bronzamento artificial submetem os utilizadores a radiações UV:
- i. Com observância dos limites de irradiância efetiva estabelecidos na norma harmonizada EN 60335-2-27;
 - ii. Cujo método de referência é o previsto na norma harmonizada EN 60335-2-27;
- w) O centro de bronzamento artificial deve obrigatoriamente fornecer aos utilizadores óculos de proteção adequados ao nível de radiações emitidas durante as sessões de exposição, bem como protetores genitais para os utilizadores do sexo masculino;
- x) Os óculos de proteção e os protetores genitais, bem como as camas solares e todos os materiais com que o utilizador entre em contacto direto, devem ser submetidos, após cada sessão, a um tratamento de desinfeção e esterilização;
- y) É proibida a prestação de serviços de bronzamento artificial a:
- i. Menores de 18 anos;
 - ii. Grávidas;
 - iii. Pessoas que apresentem sinais de insolação;
 - iv. Pessoas que se declarem de fotótipo I;
 - v. Pessoas que se declarem de fotótipo II com nevus atípicos e ou uso concomitante de fármacos fotossensibilizantes;

- z) O centro de bronzamento artificial está obrigado a afixar de forma permanente, clara e visível, com caracteres facilmente legíveis, em local imediatamente acessível ao utilizador, um letreiro contendo informação destinada a possibilitar ao utilizador uma utilização adequada do centro, dos aparelhos de bronzamento e do serviço de bronzamento;
- aa) O centro está, ainda, obrigado a afixar, de forma permanente e bem visível e em local imediatamente acessível ao utilizador, os diplomas ou certificados de competência do pessoal técnico;
- bb) A informação que deve constar do letreiro a que se refere a anterior alínea z) é definida por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da economia e da saúde;
- cc) O centro de bronzamento artificial está obrigado a fornecer aos utilizadores uma declaração, de acordo com o modelo a aprovar por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da economia e da saúde, assinada pelos mesmos antes de se submeterem pela primeira vez às radiações dos aparelhos de UV naquele centro, da qual consta obrigatoriamente:
- i. A enumeração dos riscos associados ao bronzamento artificial;
 - ii. O fotótipo do utilizador, caso este o conheça, devendo ser expressa a proibição de prestação de serviços de bronzamento artificial a pessoas que se declarem de fotótipo I;
 - iii. O uso concomitante de fármacos fotossensibilizantes;
- dd) O documento tem uma validade de seis meses a contar da data da sua assinatura;
- ee) Sem prejuízo da observância do disposto na Lei 67/98, de 26/10, o centro de bronzamento artificial está obrigado a criar e manter atualizada, para cada utilizador, uma ficha individual onde constem os seguintes elementos:
- i. Identificação;
 - ii. Fotótipo da pele;
 - iii. Programa de exposição recomendado, onde se inclui o número de exposições, tempo máximo de cada exposição, distância de exposição às radiações e intervalos entre exposições;
 - iv. Número de sessões efetuadas no centro;
 - v. Declaração a que se refere o artigo anterior;
- ff) O centro deve possuir um arquivo organizado das fichas dos utilizadores pelo período de cinco anos;
- gg) Sem prejuízo do disposto no regime jurídico da publicidade, a publicidade relativa à prestação do serviço de bronzamento artificial deve ser acompanhada da seguinte menção: «Os raios dos aparelhos de bronzamento UV podem afetar a pele e os olhos. Estes efeitos dependem da natureza e da intensidade dos raios, assim como da sensibilidade da pele.», a qual deve ser clara e facilmente legível pelo utilizador;

- hh) Não é permitida qualquer referência a efeitos curativos ou benéficos para a saúde ou beleza resultantes da submissão ao bronzamento artificial, nem alusões à ausência de riscos para a saúde e segurança das pessoas;
- ii) Aquele que tiver a direção efetiva do centro de bronzamento artificial deve dispor de um seguro de responsabilidade civil, garantia financeira ou instrumento equivalente para cobrir eventuais danos resultantes do exercício da atividade;
- jj) O capital seguro, garantia financeira ou instrumento equivalente mencionado no número anterior deve ser de valor mínimo obrigatório de € 250 000,00, sendo este valor atualizado em cada ano civil pelo Índice de Preços no Consumidor, quando positivo, referente ao ano civil anterior, publicado pelo INE, I. P. As condições mínimas do seguro de responsabilidade civil são fixadas por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da economia;
- kk) Os seguros, garantias financeiras ou instrumentos equivalentes celebrados noutro Estado-membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu são reconhecidos nos termos do artigo 13.º do DL 92/2010, de 26/07.

3. Atividade funerária:

- a) Em complemento à atividade funerária podem ser exercidas as seguintes atividades conexas:
 - i. Remoção de cadáveres, nos termos previstos no artigo 5.º do DL 411/98, de 30/12, alterado pelos DL 5/2000, de 29/01, e 138/2000, de 13/07, pela Lei 30/2006, de 11/07, e pelo DL 109/2010, de 14/10;
 - ii. Transporte de cadáveres para além das situações previstas no número anterior, designadamente dos estabelecimentos hospitalares para as delegações e dos gabinetes médico-legais do Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P., para a realização de autópsia médico-legal;
 - iii. Preparação e conservação temporária de cadáveres, exceto o embalsamamento de cadáveres que tenham sido objeto de autópsia médico-legal, caso em que só pode ser efetuado com autorização da competente autoridade judiciária;
 - iv. Obtenção da documentação necessária à prestação dos serviços referidos no presente artigo;
 - v. Venda ao público de artigos funerários e religiosos;
 - vi. Aluguer ou cedência a outras entidades habilitadas a exercer a atividade funerária de veículos destinados à realização de funerais e de artigos funerários e religiosos;
 - vii. Ornamentação, armação e decoração de atos fúnebres e religiosos;
 - viii. Gestão e exploração de capelas e centros funerários, próprios ou alheios;
 - ix. Cremação em centro funerário de restos mortais não inumados ou provenientes de exumação;

- x. Gestão, exploração e conservação de cemitérios, ao abrigo da concessão de serviços públicos, aprovados nos termos da lei.
- b) O acesso e exercício à atividade funerária fica sujeito às disposições seguintes, bem como ao regime jurídico da remoção, transporte, inumação, exumação e transladação de cadáveres, ossadas, cinzas, fetos mortos e peças anatómicas estabelecido pelo DL 411/98, de 30/12, alterado pelos DL 5/2000, de 29/01, e 138/2000, de 13/07, pela Lei 30/2006, de 11/07, e pelo DL 109/2010, de 14/10, e respetiva legislação complementar e ao regime previsto em convenções internacionais quanto ao transporte transfronteiras;
- c) A atividade funerária pode ser exercida pelas agências funerárias e pelas IPSS ou entidades equiparadas, nos termos do RJACSR;
- d) A atividade funerária exercida pelas IPSS ou entidades equiparadas rege-se ainda pelos Estatutos das IPSS, pelo Código das Associações Mutualistas e demais legislação específica aplicável às entidades de economia social;
- e) As associações mutualistas apenas podem exercer a atividade funerária no âmbito das suas finalidades mutualistas e de prestação de serviços de caráter social aos respetivos associados e suas famílias, nos termos estatutários;
- f) A atividade funerária e as atividades conexas devem ser exercidas em instalações destinadas exclusivamente para essa finalidade e dotadas das condições adequadas;
- g) Para o exercício da atividade funerária, as agências funerárias ou as IPSS ou entidades equiparadas devem:
 - i. Dispor de responsável técnico qualificado, sempre que prestem serviços de conservação e preparação de cadáveres;
 - ii. Dispor de catálogo de artigos fúnebres e religiosos em formato físico ou eletrónico, de modo a garantir ao destinatário do serviço mais de uma alternativa de escolha;
 - iii. Garantir o transporte de cadáveres ou de restos mortais já inumados em condições de segurança e de respeito pela dignidade humana e, quando for o caso, mediante viatura em bom estado de conservação e homologada pelo IMT, I. P., nos termos do DL 16/2010, de 12/03, alterado pelos DL 59/2011, de 5/05, e 148/2013, de 24/10, ou por organismo congénere da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu, nos termos da legislação aplicável;
 - iv. No que diz respeito à atividade de conservação e preparação de cadáveres, garantir que os profissionais em causa e os locais de exercício dessa atividade cumprem os requisitos para a prática da tanatopraxia, previstos em portaria dos membros de Governo responsáveis pelas áreas da justiça, da economia e da saúde;
 - v. Possuir instalações abertas ao público, em território nacional, exclusivamente afetas à atividade funerária;

- h) Para o exercício das atividades funerárias, as agências funerárias e as IPSS ou entidades equiparadas devem igualmente:
- Garantir as condições adequadas à observação, por parte dos trabalhadores, das precauções universais aplicáveis na utilização e na manipulação de agentes biológicos, nomeadamente no que respeita à disponibilização e à utilização de equipamentos de proteção individual, quando não for possível adotar medidas de proteção coletiva;
 - Fazer cumprir as regras de segurança na utilização de produtos químicos e garantir o cumprimento das indicações do fabricante;
 - Garantir as medidas de primeiros socorros apropriadas em caso de acidente com exposição a agentes químicos ou biológicos;
 - Garantir as medidas adequadas de prevenção dos riscos ambientais para a saúde pública decorrentes das atividades funerárias;
- i) O responsável técnico procede à gestão e supervisão da atividade funerária de acordo com a legislação aplicável competindo-lhe assegurar a qualidade dos serviços de conservação e preparação de cadáveres a prestar pela entidade habilitada a exercer a atividade funerária, garantindo o cumprimento dos requisitos constantes da portaria referida no ponto iv. da anterior alínea g);
- j) O responsável técnico deve ser detentor de um certificado de qualificações obtido através da conclusão com aproveitamento de unidades de formação ou através da certificação das unidades de competência do referencial de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências profissional associado à mesma qualificação;
- k) As matérias que integram o plano dos cursos de formação inicial dos profissionais, bem como a adaptação do regime de certificação das respetivas entidades formadoras constante da Portaria 851/2010, de 6/09, alterada pela Portaria 208/2013, de 26/06, constam de portaria do membro do Governo responsável pela área da economia e da formação profissional, sendo a certificação da competência da DGERT;
- l) O reconhecimento das qualificações dos profissionais responsáveis técnicos de Estados-Membros da União Europeia e do espaço económico europeu obtidas fora de Portugal, da competência da DGAE, segue os termos da Lei 9/2009, de 4/03, alterada pelas Leis 41/2012, de 28/08, e 25/2014, de 2/05;
- m) Cada responsável técnico não pode ter a seu cargo mais de três instalações onde se exerça a atividade funerária, incluindo a sede social ou locais destinados à realização de velórios, as quais se devem localizar dentro do mesmo distrito;
- n) As instalações exploradas por agências funerárias ou por IPSS ou entidades equiparadas onde se desenvolva a atividade funerária, bem como todos os locais de que se faça uso na realização de velórios, devem assegurar a privacidade, o conforto e a segurança dos utilizadores;

- o) As instalações afetas à atividade funerária podem estar abertas ao público de forma permanente. Os prestadores legalmente estabelecidos noutro Estado-Membro da União Europeia ou do espaço económico europeu para a prática da atividade funerária podem exercê-la em território nacional em regime de livre prestação, sujeitos no entanto:
- i. Ao regime jurídico da remoção, transporte, inumação, exumação, trasladação e cremação de cadáveres, aprovado pelo DL 411/98, de 30/12, alterado pelos DL 5/2000, de 29/01, e 138/2000, de 13/07, pela Lei 30/2006, de 11/07, e pelo DL 109/2010, de 14/10;
 - ii. Aos requisitos para o exercício da atividade constantes dos pontos iii. e iv. da anterior alínea g), com exceção do relativo à homologação da viatura;
 - iii. Ao disposto na anterior alínea n) sobre os locais utilizados para a realização de velórios;
 - iv. Ao dever de identificação referido na próxima alínea s);
 - v. Às condições de acesso às casas mortuárias, aos serviços hospitalares, aos serviços médico-legais ou estruturas residenciais para pessoas idosas, referidas na próxima alínea t);
 - vi. Aos deveres constantes da próxima alínea aa);
- p) No caso de explorarem, de forma ocasional e esporádica, instalações afetas à atividade funerária em território nacional, os prestadores referidos no número anterior devem observar o disposto na anterior alínea n) que se refere a essas instalações e comunicar a sua abertura ou encerramento ao público, nos termos do disposto nos pontos 1. e 2. do capítulo II. *Procedimento para acesso ao exercício*;
- q) As instalações referidas no número anterior devem ser exclusivamente afetas à atividade funerária e às atividades conexas;
- r) Os interessados devem comunicar à DGAE, através do «Balcão do empreendedor», no prazo de 60 dias contados da data da ocorrência, os seguintes factos:
- i. Encerramento das instalações;
 - ii. Designação e mudança de responsável técnico;
- s) As agências funerárias e as IPSS ou entidades equiparadas que desenvolvam a atividade funerária devem fornecer a sua identificação fiscal sempre que, no exercício da sua atividade, tenham que praticar atos ou efetuar requerimentos junto das várias entidades com quem tenham de contactar, como cemitérios, serviços médico-legais, serviços de saúde pública de nível regional e local, conservatórias, autarquias locais, autoridades policiais, embaixadas, casas mortuárias, instituições hospitalares, estruturas residenciais para pessoas idosas, ou outras;
- t) É proibido aos estabelecimentos hospitalares, estruturas residenciais para pessoas idosas e equipamentos similares organizar ou implementar escalas de entidades habilitadas a exercer a atividade funerária, destinadas à prestação preferencial ou exclusiva de quaisquer serviços funerários junto dos respetivos utentes e familiares;

- u) O acesso a casas mortuárias, aos serviços hospitalares, aos serviços médico-legais ou às estruturas residenciais para pessoas idosas por parte do pessoal das agências funerárias ou das IPSS ou entidades equiparadas, no exercício da atividade funerária, só é permitido para a obtenção de documentação referente ao óbito indispensável para a realização do funeral;
- v) A escolha de entidades habilitadas a exercer a atividade funerária por estabelecimento hospitalar ou estrutura residencial para pessoas idosas só é permitida, nos termos previstos no DL 248/83, de 9/06, alterado pelo DL 206/2001, de 27/07, nos casos em que não exista qualquer familiar ou outra pessoa conhecida que assuma a responsabilidade pela contratação do funeral;
- w) As entidades habilitadas a exercer a atividade funerária devem dispor obrigatoriamente de um serviço básico de funeral social, disponível para os municípios da sede da entidade e das filiais, caso existam;
- x) O serviço básico de funeral social fica sujeito ao regime especial de preços que consiste na fixação de um preço máximo e que inclui:
 - i. Urna em madeira de pinho ou equivalente, com uma espessura mínima de 15 mm, ferragens, lençol, almofada e lenço;
 - ii. Transporte fúnebre individual;
 - iii. Serviços técnicos necessários à realização do funeral, prestados pela agência;
- y) O preço máximo do serviço básico de funeral social não pode exceder o montante de € 400,00. A atualização anual do preço máximo é divulgada anualmente no sítio da internet da DGAE e da Segurança Social e é efetuada no mês de outubro de cada ano civil, de acordo com o valor percentual correspondente à taxa de inflação anual, referente ao mês anterior, medida através da variação média do IPC, sem habitação, para o continente, publicado pelo INE, I. P.;
- z) Ao preço máximo estabelecido na anterior alínea y) pode ser acrescida a taxa de inumação cobrada pelo cemitério;
- aa) No exercício da sua atividade, as agências funerárias e as IPSS ou entidades equiparadas que desenvolvam a atividade funerária devem:
 - i. Dar aos destinatários do serviço informações claras e precisas sobre preços e demais condições dos serviços prestados, designadamente, quanto à existência e conteúdo do serviço de funeral social, quando aplicável;
 - ii. Apresentar orçamento escrito do qual deve constar o preço total do serviço de funeral, discriminado por componentes e a identificação do prestador do serviço, nomeadamente a respetiva denominação, morada e número de identificação fiscal;
 - iii. Guardar sigilo relativamente a todas as condições dos serviços prestados, salvo instruções do cliente em contrário ou decisão judicial;
 - iv. Abster-se de usar serviços de terceiros que não sejam compatíveis com as características da atividade funerária;

- v. Abster-se de contactar, por si ou através de terceiros, a família do falecido, as entidades gestoras de lares ou de hospitais, bem como quaisquer funcionários das mesmas, com o intuito de obter a encomenda da organização do funeral sem que os seus serviços tenham sido previamente solicitados para o efeito;
- bb) Não podem deter ou exercer, direta ou indiretamente, a propriedade, a exploração ou a gestão de agências funerárias:
 - i. Proprietários, gestores ou entidades gestoras de clínicas médicas, estruturas residenciais para pessoas idosas, hospitais ou equiparados e entidades dedicadas ao transporte de doentes, sempre que qualquer uma destas se situe em território nacional, bem como profissionais a exercerem funções nas mesmas;
 - ii. Proprietários, gestores ou entidades gestoras de cemitérios públicos, bem como profissionais a exercerem funções nos mesmos, para uma mesma área geográfica definida sob o ponto de vista de organização administrativa como distrito;
- cc) As IPSS ou entidades equiparadas cujo enquadramento estatutário acolha o exercício da atividade funerária são excetuadas do disposto no número anterior.

VI. Apoios financeiros

a) Apoio à criação de emprego - o IEFP

O IEFP tem uma série de programas de apoio à criação de emprego e programas de estágio, que podem ser interessantes para o caso de uma atividade turística

<http://www.iefp.pt/apoios/empresas/Paginas/Empresas.aspx>

b) Financiamento a empresas - o IAPMEI

Financiamentos para a criação e revitalização de empresas (genericamente reembolsáveis) podem ser obtidos junto do IAPMEI, em <http://www.iapmei.pt/iapmei-art-01.php?temaid=31>

c) Apoio à inovação, competitividade e internacionalização – CRESC Algarve 2020

O Programa Operacional do Algarve no quadro comunitário de apoio 2014-2020, disponibiliza financiamento para a qualificação, inovação, competitividade e internacionalização das empresas, cujos avisos de abertura de candidaturas estão disponíveis em <http://algarve2020.eu/info/avisos>

d) Microcrédito

A Câmara Municipal de Faro estabeleceu protocolo de colaboração com 2 agências de Microcrédito, no sentido de promover o empreendedorismo local, as quais oferecem as seguintes condições (sem prejuízo da necessidade de obter informação junto da respetiva agência):

- i. Novo Banco – montante: $\geq 250,00\text{€}$ e $\leq 12.500,00\text{€}$; prazo: ≥ 3 meses e ≤ 48 meses; período carência: ≤ 6 meses; reembolso: prestações mensais;

- ii. Millennium BCP – montante: $\geq 1.000,00\text{€}$ e $\leq 25.000,00\text{€}$; prazo: ≤ 48 e 60 meses (para montantes $\leq 7.000,00\text{€}$ e $> 7.000,00\text{€}$, respetivamente); reembolso: prestações mensais.

VII. Outras informações úteis

- Para criar ou alterar a sua empresa acesse a <https://bde.portaldocidadao.pt/evo/Templates/GeralEO.aspx?NRNODEGUID=%7B0AB79FDE-92FE-4BEF-84CE-962D954F4D59%7D>
- Para dar início de atividade junto da Autoridade Tributária e Aduaneira veja as orientações em <http://info.portaldasfinancas.gov.pt/NR/ronlyres/BFE821C5-4A5A-4BDB-B6DF-99064DAD889B/0/MANUALDEINICIOVers%C3%A3oPortaldasFinan%C3%A7as2011.pdf> e registe-se em <https://www.portaldasfinancas.gov.pt/pt/home.action>
- Para elaborar o seu plano de negócios poderá recorrer às orientações do IAPMEI em <http://www.iapmei.pt/resources/download/GuiaPraticodoCapitaldeRisco2604.pdf>
- Para aceder ao modelo EXCEL de plano de negócios do IAPMEI, siga o link: http://www.google.pt/url?url=http://www.iapmei.pt/resources/download/Finicia_pn_v12_062012.xls&rct=j&frm=1&q=&esrc=s&sa=U&ei=mvRmVZytHcLkgwS074HYBQ&ved=0CBMQFjAA&usg=AFQjCNFPNCw66wU9IcQgKs6NIKwqQLcpcw